

Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais

ISSN: 1517-4115

revista@anpur.org.br

Associação Nacional de Pós Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional

Kunrath Silva, Marcelo; Zanata Jr, Rui

DESIGUALDADE E ASSOCIATIVISMO. PROXIMIDADE ESPACIAL E DISTÂNCIA SOCIAL NA CONFORMAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL

Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais, vol. 10, núm. 2, noviembre, 2008, pp. 115-131

Associação Nacional de Pós Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional
Recife, Brasil

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=513951694007>

DESIGUALDADE E ASSOCIATIVISMO

PROXIMIDADE ESPACIAL E DISTÂNCIA SOCIAL NA CONFORMAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL

MARCELO KUNRATH SILVA
RUI ZANATA JR.

R E S U M O *O objetivo deste artigo é analisar os efeitos das profundas desigualdades que marcam a sociedade brasileira sobre a conformação da vida associativa nas grandes cidades, tendo por referência uma pesquisa empírica realizada com uma Associação de Moradores de um tradicional bairro de classe média de Porto Alegre. A partir do estudo das relações e da atuação desta entidade, percebe-se um alto grau de segmentação do tecido associativo da cidade em decorrência das marcantes distâncias estruturais e relacionais entre seus moradores. Devido a esta segmentação, as entidades de classe média e alta tendem a estabelecer vínculos e desenvolver ações com atores que comparativamente possuem similaridades no espaço social. A o mesmo tempo, tendem a não se relacionar com entidades populares, mesmo que espacialmente próximas. Este resultado indica que as desigualdades costumam se reproduzir nos processos associativos que conformam a sociedade civil brasileira, tema pouco abordado pela literatura dedicada ao tema.*

P A L A V R A S - C H A V E *Associativismo; sociedade civil; desigualdade; distância social; Porto Alegre.*

INTRODUÇÃO

A caracterização do Brasil como um país marcado por desigualdades extremas é um aspecto que marca praticamente todas as interpretações, acadêmicas ou não, sobre ele. Tal fato se expressa na proliferação de dicotomias (rural/urbano, atrasado/moderno, *belíndia*, entre outras) que tentaram, ao longo do tempo, apreender a convivência de elementos profundamente desiguais dentro do mesmo espaço social. Curiosamente, no entanto, são poucos os estudos que, ao longo do tempo, se voltaram para as implicações desta desigualdade na conformação da sociedade civil brasileira.¹

O objetivo deste artigo é analisar algumas destas implicações, tendo por referência uma pesquisa empírica realizada com uma Associação de Moradores de Porto Alegre formada em um tradicional bairro de classe média da cidade. A partir do estudo das relações e da atuação desta entidade, percebe-se um alto grau de segmentação do tecido associativo da cidade em decorrência das marcantes distâncias sociais entre seus moradores. Devido a esta segmentação, as entidades de classe média e alta tendem a estabelecer vínculos e desenvolver ações com indivíduos, organizações e instituições que comparativamente possuem similaridades no espaço social. A o mesmo tempo, tendem a não se relacionar com entidades populares, mesmo que estas estejam bastante próximas em termos espaciais.

Este resultado, mesmo que limitado pela fragilidade do suposto empírico oferecido por um estudo de caso e pelas especificidades do município de Porto Alegre frente à diversidade sociopolítica e urbanística das cidades brasileiras, fundamenta a hipótese de que

1 O conceito de sociedade civil designa, neste artigo, o conjunto de práticas associativas existentes em um determinado contexto. Neste sentido, é empregado para apreender um conjunto amplo e diversificado de atores sociais, desrido dos aspectos normativos que parte da literatura associa a este conceito. (Lavalle, 2003)

as desigualdades tendem a se reproduzir e operar nos processos associativos que conformam a sociedade civil no país. Problematiza-se, desta forma, a generalização acrítica do argumento de que o associativismo civil teria um inerente sentido e/ou efeito igualitário, tal como encontrado em certas correntes da literatura da sociedade civil e do capital social de inspiração neo-tocquevilliana.

DESIGUALDADE E ASSOCIATIVISMO: PROBLEMATIZAÇÃO

Conforme salientado acima, a relação entre desigualdade e associativismo foi pouco analisada pela literatura brasileira. A maior parte dos trabalhos que enfocaram tal relação, no entanto, apresentaram uma tendência a se concentrar na análise dos efeitos da desigualdade no processo de engajamento associativo. De um lado, nesta literatura predominava o argumento de que a desigualdade extrema geraria significativos obstáculos ao engajamento associativo dos segmentos da sociedade brasileira ocupantes das posições subalternas do espaço social. Tal argumento pode ser observado na conclusão de Reis, de que

a própria persistência e intensificação da desigualdade social cria desincentivos ao associativismo, fortalece a descrença na política, e reduz o escopo da identidade coletiva. (...) Nessa situação, o mercado político se contrai. Pobreza acentuada e níveis tão altos de privação relativa como os que temos, reduzem o incentivo para fazer parte da sociedade civil. (Reis, 1996, pp.449-50)

Em estudo recente, Santos (2006) trabalha com a mesma perspectiva, argumentando que a combinação de desigualdade extrema, inércia social e incapacidade das instituições, ao garantirem os direitos constitucionais básicos, produz um contexto que desestimula o envolvimento associativo e a participação política. Como salienta o autor,

o custo do fracasso das ações coletivas pode ser bastante elevado, com significativa deterioração do *status quo* dos participantes, circunstância suficientemente ameaçadora para deprimir o ânimo eivindicante dos mais necessitados. Ser pobre, no Brasil, é uma condição associada à altíssima taxa de aversão ao risco e à opção por estratégias conservadoras de sobrevivência. (Santos, 2006, p.180)

A desigualdade no acesso ao Estado, por sua vez, é destacada por Ferreira (1999) como um fator central no bloqueio do envolvimento associativo dos segmentos subalternos da sociedade brasileira. Para o autor, a alienação associativa seria uma

resposta de vastas parcelas da população à total ausência do aparato estatal no seu cotidiano. A desconfiança em relação à classe política, a cultura cívica predatória e a ausência de uma percepção do Estado como provedor de bens coletivos básicos (...) sugerem que os entrevistados talvez nem ponderem os custos do contato pessoal com o político; os benefícios do exercício da política como representação e defesa de interesses organizados devem ser mera ficção para a quase totalidade da população brasileira. (Ferreira, 1999, pp.99-100)

De outro lado, quando o foco da análise se dirige aos processos organizativos no extremo oposto da pirâmide social, observa-se a tendência de enfatizar a fragilidade de tais processos frente à força e eficácia de mecanismos não coletivos de encaminhamento de

demandas.² Na medida em que a extrema desigualdade confere aos membros dos estratos superiores da sociedade uma posição privilegiada no acesso aos tomadores de decisões governamentais e na distribuição dos recursos sociais, haveria pouco estímulo aos processos organizativos entre estes segmentos. Tal argumento se expressa, por exemplo, na ênfase de Marques (1999) nas relações interpessoais como mecanismo central de acesso ao Estado no Brasil. Segundo o autor, sua “investigação demonstra que a intermediação de interesses no setor de política estudado [política de saneamento básico implantada pela empresa estadual concessionária dos serviços (a CEDAE) no Rio de Janeiro entre 1975 e 1996] ocorre de forma disseminada por inúmeros contatos pessoais entre integrantes do Estado e interesses privados, ao contrário do padrão característico norte-americano de *lobbies* [...], ou do típico corporativismo social-democrata europeu”. (Marques, 1999, pp.48-9)

No entanto, apesar desses obstáculos existentes ao engajamento associativo, corretamente destacados pelos autores, é preciso ter presente que eles não são totalmente eficazes no bloqueio de tal engajamento. Ou seja, o seu reconhecimento não deve levar à conclusão de que eles produziriam, inexoravelmente, uma sociedade completamente desorganizada e fragmentada. Ao contrário, a despeito de tais obstáculos, a sociedade brasileira passou, nas últimas décadas, por uma significativa ampliação e complexificação do seu tecido associativo, claramente atestada por pesquisas recentes (IBGE; IPEA; ABONG; GIFE, 2008).

Apesar desse associativismo em expansão ser objeto de diversas pesquisas, as orientações teóricas predominantes dificultaram a análise de como a desigualdade incide sobre os processos organizativos e a atuação das organizações sociais. Em especial, a ênfase normativa no caráter igualitário e democratizante das organizações da sociedade civil – que marcou tanto o campo de estudos sobre movimentos sociais nos anos 1980, quanto o campo de estudos sobre sociedade civil e capital social em períodos mais recentes (Silva, 2006) – limitou a capacidade de problematizar a relação destas organizações com os processos de (re)produção das desigualdades no Brasil. Além disso, escolhas e limitações metodológicas do campo de estudos sobre sociedade civil tenderam a secundarizar ou a apresentar dificuldades de apreender os processos organizativos de setores dominantes da sociedade brasileira, restringindo grande parte das análises aos processos de mobilização e organização dos setores subalternos e/ou contestadores.

Buscando superar essas limitações, este artigo pretende analisar os efeitos da desigualdade na configuração do tecido associativo, tendo por fundamento o seguinte argumento de Kerstenetzky: “quando as desigualdades socioeconômicas são ‘duráveis’ e elevadas, é bem plausível que se repliquem no interior da vida associativa, bem como entre grupos organizados e não organizados, enfraquecendo a habilidade da inclusão política da participação associativa” (Kerstenetzky, 2003, p.132).

Mais especificamente, são abordadas as implicações das profundas distâncias sociais, geradas pelos altos níveis de desigualdades existentes no país, sobre a dinâmica associativa. Argumenta-se que estas distâncias criam barreiras que dificultam e, no limite, bloqueiam o contato e a constituição de vínculos entre indivíduos e grupos ocupantes de posições desiguais na hierarquia social. Ou seja, tenderia a ocorrer uma conjugação entre a distância estrutural e distância relacional, tal como definidas por Bottero:

nas perspectivas estruturais, grupos são definidos como socialmente distantes se eles são muito diferentes entre si (em termos de categorias de classe, gênero ou raça), enquanto que nas perspectivas relacionais eles são definidos como socialmente distantes se eles raramente se associam entre si. Grupos podem

2 Uma exceção importante a esta tendência encontra-se nos trabalhos de Dreifuss (1981; 1989).

ser muito diferentes (pertencendo a diferentes categorias de classe ou raça), mas, ainda assim, sejam socialmente próximos se eles se relacionam por amizade ou por parceria sexual regularmente. (Bottero, 2005, p.7)

A literatura que analisou o processo de urbanização brasileiro tradicionalmente destacou o processo de segregação socioespacial que o caracteriza, sob outras razões, ainda o caracteriza (Torres *et al.*, 2003; Torres, 2004). Isso pode ser observado, de um lado, nos estudos sobre a urbanização por expansão de periferias das décadas de 1970 e 1980 (Kowarick, 1979; Caldeira, 1984), e, de outro, nas pesquisas recentes sobre a proliferação dos condomínios fechados nas cidades brasileiras (Caldeira, 2000; Alonso *et al.*, 2009). Em ambos os casos, observa-se uma tendência de combinação entre segregação territorial e social, gerando um espaço urbano marcado pelo distanciamento espacial daqueles já socialmente distantes.

Sem negar a importância e a correção de tais interpretações, observa-se, no entanto, que as cidades brasileiras, em maior ou menor grau, tendem a apresentar situações de relativa proximidade espacial entre populações marcadamente desiguais em termos de seu posicionamento na estrutura social. Seja pela capacidade de resistência das populações pobres aos processos de remoção e periferização, seja pelos limites da reprodução do modelo de deslocamento das classes altas para áreas habitadas unicamente por seus "iguais" (como no caso dos subúrbios de diversas cidades norte-americanas), entre outros processos, produziu-se um espaço urbano que não é totalmente apreendido pelo argumento da segregação socioespacial (Caldeira, 2000; Torres *et al.*, 2003). De fato, como ilustra dramaticamente a configuração urbana da cidade do Rio de Janeiro, a proximidade espacial entre as áreas habitadas por ricos e pobres (o asfalto e a favela) constitui um elemento importante na estruturação do espaço urbano de muitas cidades brasileiras.

Qual o efeito da proximidade espacial sobre a configuração das relações entre os segmentos sociais profundamente desiguais que habitam estes espaços? Em que medida tal proximidade possibilita a superação da distância estrutural a partir de uma convivência dos desiguais?

Em uma recente pesquisa sobre redes sociais e pobreza em São Paulo, Marques *et al.* (2007) demonstram que as distâncias sociais tendem a se reproduzir com relativa independência do nível de segregação das áreas habitadas pelas populações mais pobres. Ou seja, mesmo moradores pobres de áreas integradas no espaço urbano, espacialmente próximos de áreas habitadas por populações com níveis mais elevados de renda, tendem a ter suas redes sociais marcadas pelo localismo e a homofilia. Como concluem os autores,

podemos dizer que há forte localismo nessas redes analisadas – uma vez que a maioria das redes pessoais encontra-se fortemente estruturada em torno dos vínculos que ocorrem numa determinada área –, mas não foi observado impacto da segregação residencial sobre as formas de estruturação das redes pessoais, uma vez que as características gerais observadas estão presentes em contextos mais e menos segregados. (Marques *et al.*, 2007, p.28)

Essa percepção sobre a reprodução das distâncias sociais apesar da proximidade espacial também é salientada pela pesquisa de Ribeiro (2008) no Rio de Janeiro. Examinando as relações entre moradores de um conjunto habitacional popular e os moradores do bairro de classe média no qual o conjunto se localiza, o autor conclui que "o nosso estudo de caso evidencia que a proximidade territorial não implica necessariamente em co-

habitação. Ela não garante a interação entre grupos sociais localizados em posições distantes do espaço social, mas aproximados pela geografia" (Ribeiro, 2008, p.15).

Por fim, em um estudo sobre segregação residencial e relações de vizinhança em um bairro de Recife, Silva *et al.* (2007) identificam que, apesar da heterogeneidade social do bairro, há um baixo grau de convivência entre os segmentos pertencentes a posições sociais distintas. Como concluem as autoras:

o caso de Recife, e mais especificamente o bairro de Apipucos, vem comprovar que a proximidade geográfica forte não é a única variável que deve ser levada em consideração quando consideramos a importância da vizinhança. Pois, assim como as diferenças sociais, as distâncias de contato e de convívio em Apipucos são também marcantes. (Silva *et al.*, 2007, p.6)

Os resultados destas diversas pesquisas oferecem, assim, suporte para o argumento de Silva e Bitoun (2006, p.43) de que "nesse padrão de segregação que vem se desenhando, as desigualdades são alocadas em espaços contíguos, muito próximos, mas, nem por isso, conexos ou menos extremados e agressivos. De fato, a segregação parece prescindir do distanciamento territorial".

Com base nas análises precedentes, pode-se arguir que, mesmo em contextos não-segregados espacialmente, observa-se um significativo processo de segmentação do tecido social, gerado pelo somatório da profunda distância estrutural entre aqueles socialmente desiguais com uma marcante distância relacional entre os mesmos. Em outras palavras, apesar da proximidade espacial, os diferentes segmentos constituídos pela desigualdade estrutural do país se mantêm posicionados em espaços sociais relativamente segmentados, em função da profunda distância relacional entre eles.

Quais as implicações dessa combinação entre desigualdade extrema e segmentação social para os processos organizativos? A hipótese central analisada neste artigo é derivada do argumento de Bourdieu, para quem

é preciso afirmar, contra o relativismo nominalista que anula as diferenças sociais ao reduzi-las a puros artefatos teóricos, a existência de um espaço objetivo que determina as compatibilidades e incompatibilidades, proximidades e distâncias. É preciso afirmar, contra o realismo do inteligível (ou reificação dos conceitos), que as classes que podemos recortar no espaço social (...) não existem como grupos reais, embora expliquem a probabilidade de se constituírem em grupos práticos. (Bourdieu, 1989, p.136)

Segundo este argumento de Bourdieu, a probabilidade de mobilização e associação dos indivíduos é inversamente proporcional ao seu afastamento no espaço social. Ou seja, quanto mais afastados no espaço social, menor a probabilidade de que os indivíduos construam relações e interesses comuns que fundamentem um agir coletivo.

Aplicando este argumento ao contexto brasileiro, marcado por desigualdades extremas, coloca-se a hipótese de que as distâncias sociais tendem a criar fortes barreiras às relações entre indivíduos e grupos que ocupam posições distintas no espaço social. Na medida em que essas barreiras bloqueiam os contatos e as relações entre esses indivíduos e grupos, elas impedem a formação de redes sociais entre eles. Uma vez que, como salientam diversos autores (Diani e McAdam, 2003; Passy e Giugni, 2000; Mische, 1997), as redes sociais são a base tanto para os processos de organização quanto de articulação dos atores da sociedade civil, sua inexistência tenderia a reproduzir a segmentação social no âmbito do mundo associativo. Nesse sentido, então, sustenta-se que, no contexto de

desigualdade estrutural e segmentação, a proximidade social tende a ser mais importante que a proximidade espacial na conformação das relações entre as organizações constitutivas do tecido associativo, o qual tende a reproduzir a segmentação do espaço social.

CARACTERIZAÇÃO DA ASSOCIAÇÃO DE MORADORES PESQUISADA

A associação de moradores pesquisada – Associação dos Amigos e Moradores do Bairro Menino Deus/ASSAMED – localiza-se no bairro Menino Deus, um dos mais抗igos e tradicionais bairros de classe média de Porto Alegre, situado próximo à área central da cidade, e integrado à Região Centro do Orçamento Participativo. Segundo o Atlas do Desenvolvimento Humano da Região Metropolitana de Porto Alegre (PMPA; METROPLAN; PNUD; Fundação João Pinheiro, 2008),³ o bairro possui Índice de Desenvolvimento Humano superior a 0,9, colocando-se como uma das Unidades de Desenvolvimento Humano (UDH) com maior pontuação entre as 330 UDHs da Região Metropolitana de Porto Alegre.⁴ Além disso, a Região Centro do Orçamento Participativo possui o maior IDH entre todas as dezesseis regiões da cidade (0,919).

No entanto, nesta Região encontram-se diversas pequenas comunidades/vilas populares habitadas por populações com baixos indicadores socioeconômicos e precárias condições de urbanização. Entre estas comunidades/vilas populares, o Atlas fornece o IDH desagregado para apenas três delas: UDH *Menino Deus-Condomínio Lupicínia Rodrigues* (0,683); UDH *Azenha-Vila Zero Hora* (0,676); UDH *Floresta-Loteamento Santa Terezinha* (0,641). Tais índices colocam estes locais entre as últimas 330 UDHs do Atlas, ocupando as posições 315, 320 e 330, respectivamente. Assim, através da comparação destes dados com os da Região e do bairro Menino Deus, identifica-se claramente a existência de um território habitado por populações que ocupam posições polares na estrutura social da cidade.

A Associação dos Amigos e Moradores do Bairro Menino Deus⁵ foi fundada na década de 1970, ainda no contexto do Estado ditatorial. A iniciativa surgiu em decorrência da preocupação de alguns moradores que frequentavam uma praça do bairro (Praça Estado de Israel) com problemas de conservação urbana – tais como as más condições da iluminação, dos bueiros, das sarjetas e dos esgotos do bairro. Entre as primeiras ações, esses moradores reivindicaram junto à Prefeitura Municipal de Porto Alegre (PMPA) a realização de obras de revitalização da Praça Estado de Israel, obtendo sucesso no atendimento de sua demanda. Por ocasião da reinauguração da Praça, compareceram autoridades como o então prefeito nomeado Guilherme Socias Villela e o embaixador de Israel. Após essa primeira ação exitosa, tomou posse uma nova diretoria. Contudo, até 1985, a Associação esteve desativada, reiniciando suas atividades comunitárias a partir do incentivo do recém criado jornal de bairro *O! Menino Deus*.

A partir de 1986,⁶ a Associação passou a realizar inúmeras ações em conjunto com o jornal *O!* e com o poder público municipal. A realização de atividades como o “Sábado de faxina no bairro” e o “Dia de arborização do bairro” marcam o recomeço das atividades comunitárias. O projeto “Fala Vizinho” é outro exemplo de ação proposta pela entidade, inicialmente com a participação do jornal *O!*, no intuito de identificar os problemas do bairro e, por conseguinte, encaminhar as demandas à prefeitura. Na década de 1990, destacam-se a criação do jornal da Associação (dezembro de 1990), a construção da sua sede (1994), a campanha contra a construção de um albergue municipal para moradores de

3 O Atlas encontra-se disponível para download em: http://iproweb.procempa.com.br/pmpa/prefeitura/observatorio/default.php?p_secao=115.

4 No Atlas, a área do bairro Menino Deus está dividida entre duas UDHs, as quais ocupam a décima (0,958) e a décima-segunda (0,954) posição em termos de IDH.

5 Então denominada de Sociedade Amigos e Moradores do Menino Deus (SAMED).

6 Após a retomada das suas atividades, a SAMED passa a se chamar Associação dos Amigos e Moradores do Bairro Menino Deus (ASSAMED).

rua (1995), a liderança na mobilização para impedir a construção da Pista de Eventos de Porto Alegre (popularmente conhecida como “Sambódromo”) no bairro Menino Deus (1994-1998) e a campanha de aquisição de bicicletas para policiamento comunitário no bairro (2001). A ASSAMED mantém atividades regulares, tendo as questões relativas à (in)segurança do bairro ocupado um lugar de centralidade na atuação da entidade.

Constituída como entidade de representação dos interesses dos moradores do bairro Menino Deus, a ASSAMED expressa na composição de suas diretorias o perfil socioeconômico predominante no bairro. Neste sentido, ao longo de toda sua história, a entidade sempre foi presidida por indivíduos socialmente posicionados no que se denominaria de “classe média”: funcionários públicos, professores, comerciantes e pequenos empresários. Por outro lado, os membros da diretoria tendem, na sua grande maioria, a apresentar formação de nível superior, com a presença de vários indivíduos com pós-graduação.

AS RELAÇÕES DA ASSAMED

Uma das formas de identificar os efeitos da desigualdade sobre o tecido associativo é observar as relações que as organizações estabelecem entre si. Nesse sentido, esta seção utiliza duas fontes de dados para identificar as relações da ASSAMED com outras entidades da sociedade civil porto-alegrense. A primeira fonte é constituída pelas respostas da entidade a um *survey* realizado com 167 associações de moradores de Porto Alegre no ano de 2003.⁷ Neste *survey*, as entidades foram questionadas sobre as relações que elas possuíam com outras entidades, e as respostas obtidas junto a ASSAMED permitem identificar a seguinte rede de contatos:

Figura 1 – Relações da ASSAMED com outras associações de moradores



Fonte: Survey Associações de Moradores de Porto Alegre/2003.

7 Os dados e a análise desta pesquisa encontram-se disponíveis em: http://lpr.o web.procempa.com.br/pmpa /prefpoa/observatorio/ usu_doc/relatorio_final_ mapa_associativismo.pdf.

De acordo com esta imagem, percebe-se que a ASSAMED tende a restringir seus contatos (assinalados com marca escura) às entidades situadas em bairros de classe média e alta. Todas as seis associações de moradores referidas na entrevista da ASSAMED são entidades que reúnem e representam interesses de segmentos ocupantes de posições superior es na estrutura social de Porto Alegre. Nesse sentido, praticamente todas elas situam-se entre os vinte bairros com os melhores indicadores socioeconômicos da cidade (PMPA, 2007).

Por outro lado, observa-se a não referência à existência de vínculos entre a ASSAMED e as associações de moradores das vilas populares localizadas na Região Centro de Porto Alegre, identificadas com marca clara na imagem. A pesar de várias destas associações apresentarem significativa proximidade espacial em relação à ASSAMED, não foi informado nenhum tipo de vínculo entre elas.⁸

Uma segunda fonte de informações para caracterizar as relações estabelecidas pela ASSAMED é fornecida pelo *site* do Movimento Porto Alegre Vive. Este movimento foi formado por uma articulação de entidades que começou a se constituir na década de 1990, tendo como uma de suas principais ações a defesa da qualidade de vida dos bairros "nobres" de Porto Alegre frente ao avanço das grandes edificações e da especulação imobiliária. A partir de dados coletados no *blog* do movimento (<http://poavive.wordpress.com>), em 2008, observa-se a inserção da ASSAMED na seguinte rede de entidades:

Figura 2 – Entidades participantes do Movimento Porto Alegre Vive

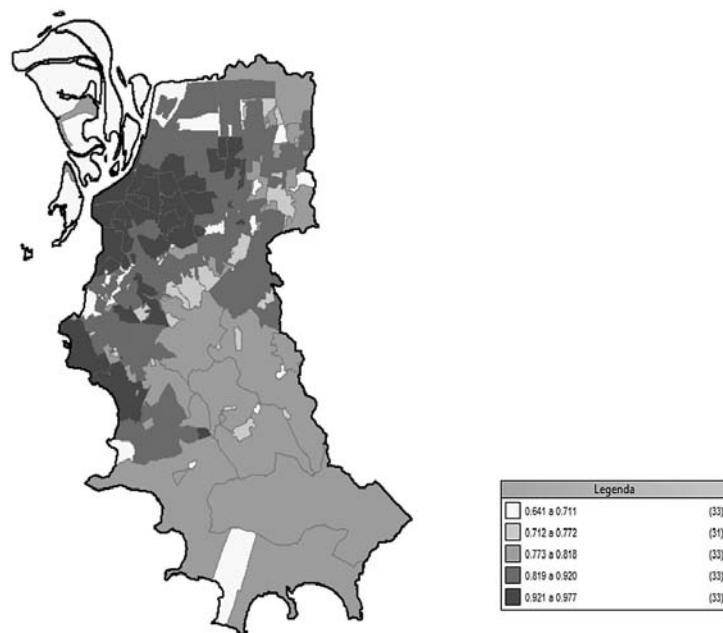


Fonte: <http://poavive.wordpress.com>.

Novamente, os dados confirmam a forte tendência da ASSAMED a restringir seus vínculos a organizações constituídas por segmentos das classes médias e altas da cidade. Isto se expressa no fato de que, das quinze entidades referidas no *site* do Movimento no período da coleta de informações, nada menos do que onze delas se situavam nos vinte bairros com melhores indicadores socioeconômicos. Além disso, todas elas situavam-se nas UDHs com os maiores índices de desenvolvimento humano da cidade, conforme indica o mapa abaixo:

⁸ Isto não significa que, eventualmente, não tenham ocorrido relações entre a ASSAMED e membros das destas outras associações populares. Ao contrário, na pesquisa documental realizada no jornal da entidade foram coletadas informações sobre a ocorrência deste tipo de relações. No entanto, estes vínculos tendem a ser pontuais e a não constituir uma rede mais sólida e permanente.

Figura 3 – Unidades de Desenvolvimento Humano de Porto Alegre segundo o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal, 2000



Fonte: PMPA; Metroplan; PNUD; Fundação João Pinheiro, 2008.

Essas duas fontes mostram, assim, a tendência de que as distâncias sociais se reproduzem na conformação da rede associativa na qual a ASSAMED se integra e, de forma mais geral, no tecido associativo da cidade, fazendo com que as organizações restrinjam seu leque de relações àquelas constituídas pelos segmentos ocupantes de posições similares na estrutura social. Em vista disso, parece se confirmar a hipótese de que a proximidade social, ao invés da proximidade espacial, tende a ser o fator central na definição das possibilidades de relacionamento entre as organizações.

A ATUAÇÃO DA ASSAMED: A DISPUTA SOBRE A PISTA DE EVENTOS – 1994-1998

Da mesma forma que a análise das relações estabelecidas pela ASSAMED indica uma forte tendência à homofilia – ou seja, ao relacionamento com iguais –, o estudo da atuação da entidade permite chegar a uma conclusão similar⁹. Para ilustrar esse argumento, analisa-se nesta seção uma das ações mais importantes na história da ASSAMED: a luta vitoriosa contra a construção da Pista de Eventos, popularmente denominada de “Sambódromo”, em uma área do bairro.

Em meados da década de 1990, na gestão de Tarso Genro (PT), a Prefeitura de Porto Alegre iniciou o projeto de construção da Pista de Eventos, pensada como um espaço para sediar as manifestações culturais populares da cidade (entre elas, os desfiles carnavalescos). Inicialmente, o Executivo municipal tentou implantar a obra junto ao Parque Maurício Sirotsky Sobrinho, também conhecido como Parque da Harmonia, localizado na área central da cidade. Essa tentativa sofreu fortes críticas de integrantes do Movimento Tradicionalista Gaúcho (MTG),⁹ de ambientalistas, do prefeito antecessor e de vereadores

⁹ O MTG organiza anualmente, no mês de setembro, o chamado Acampamento Farroupilha no Parque da Harmonia. Este Acampamento comemora a Revolução Farroupilha (1835-1845) e reúne milhares de pessoas. Além disso, o parque possui equipamentos públicos utilizados pelo MTG.

(inclusive de alguns integrantes da bancada petista). Em fins de 1994, o projeto foi rejeitado pela Câmara de Vereadores. Contudo, o governo municipal não desistiu do projeto, propondo, então, um novo local, dessa vez junto ao estádio Beira-Rio, do Sport Club Internacional, ao lado do Parque Marinha do Brasil.

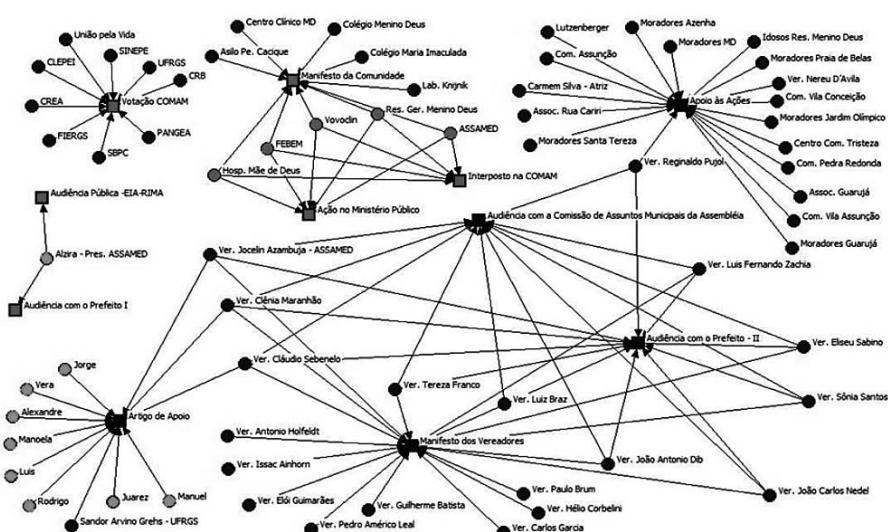
A nova localização da Pista de Eventos, no interior do bairro Menino Deus, provocou forte reação de inúmeros agentes e instituições ali situadas, destacando-se o H ospital Mãe de Deus, o Asilo Padre Cacique, a Fundação Estadual do Bem Estar do Menor (FEBEM), clínicas geriátricas, morador es, escolas circundantes e associações de moradores de bairro. A ASSAMED, em especial, teve atuação marcante nas ações contra a construção da Pista de Eventos. De fato, pode-se afirmar que ela ocupou uma posição de centralidade em tal processo, realizando vários abaixo-assinados,¹⁰ promovendo assembleias comunitárias na sua sede e na Escola Estadual P residente Roosevelt, publicando no seu jornal ar tigos de morador es e de v ereadores contrários à instalação do S ambódromo, contatando e mobilizando v ereadores e, ainda, encaminhando uma ação no M inistério P úblico. Além disso, a entidade angariou fundos monetários para sustentar sua campanha pública, sendo que, no período entr e novembro de 1997 e janeir o de 1998, os entrevistados informaram que foram arr ecados e gastos mais de 17 mil r eais em ações contra a Pista de Eventos.¹¹

10 Numa primeira ação, foi enviado à Câmara de Vereadores um abaixo-assinado com mais de 500 assinaturas de moradores do Menino Deus manifestando-se contra o novo local de instalação da Pista de Eventos. Posteriormente à ação judicial no Ministério P úblico, a associação coletou apr oximadamente mais 3000 assinaturas.

11 Segundo informações encontradas no *Jornal da ASSAMED* de maio de 2002, foram gastos apr oximadamente 30 mil r eais em ações contra a implantação da Pista de Eventos.

A rede de atores mobilizados pela ASSAMED durante as ações contrárias à construção da Pista de Eventos, apresentada na Figura 4 abaixo, demonstra uma significativa capacidade de mobilizar agentes internos e agentes externos à comunidade do bairr o Menino Deus. Ou seja, tais informações mostram a existência de um significativo estoque de “capital social” detido pela ASSAMED, o qual foi mobilizado tanto para a arrecadação dos recursos necessários para manutenção da campanha contra a P ista de Eventos quanto para a confrontação com o governo municipal em diversas frentes (Executivo, Legislativo, Ju dicial, Imprensa, bairro etc.).

Figura 4 – A rede de atores e ações no processo de contestação da construção da Pista de Eventos no bairro Menino Deus



Fonte: Elaboração dos autores a partir do material coletado.

Os dados acima mostram, em primeiro lugar, que a ASSAMED recebeu apoio de parcela significativa dos vereadores de Porto Alegre, demonstrando sua capacidade de mobilizar atores em posição de autoridade para o suporte de sua posição. Isso fica evidenciado quando se observa a estruturação de vínculos com dezenove vereadores, que participaram em diferentes eventos, articulações e manifestações (assinaladas por quadrados de cor escura) promovidas pela entidade. Além disso, os vereadores se manifestaram publicamente por meio de “Manifesto em apoio às reivindicações da comunidade do Menino Deus”, bem como escrevendo artigos no jornal da Associação.¹²

É preciso destacar, em particular, a atuação do vereador Jocelin Azambuja, que, naquele período, também era diretor do departamento jurídico da ASSAMED. Este vínculo mostra a “riqueza” do capital social acumulado pela Associação, que podia contar entre seus quadros com pessoas em posições de autoridade e, assim, com os recursos associados a essas posições. Nesse sentido, o vereador viabilizava um mecanismo fácil e eficaz de conexão entre a Associação e setores oposicionistas da Câmara de Vereadores de Porto Alegre, através das redes de relações pessoais previamente constituídas.

Outro grupo importante de atores mobilizado na oposição à Pista de Eventos era constituído por diversas instituições localizadas no bairro. Conforme informações presentes no jornal da Associação, um grupo de nove instituições, após participação em audiência pública na qual ficou evidente a posição do Executivo municipal em construir o Sambódromo ao lado do Parque Marinha do Brasil, decidiu manifestar publicamente seu apoio às ações já desencadeadas pela ASSAMED. Assim sendo, produziu-se um documento expondo o posicionamento desse grupo, assinalado pelas instituições ligadas ao “nó” Manifesto da Comunidade na Figura 4. Posteriormente, esses atores participaram de reunião no Conselho Municipal do Meio Ambiente, cuja pauta foi o processo de licenciamento do local de implantação da Pista de Eventos e o recurso interposto por essas instituições.

As ações e manifestações do núcleo central da mobilização contra a Pista de Eventos, cuja liderança coube à ASSAMED, tiveram ainda o apoio de outras associações de moradores, grupos de moradores e personalidades externas ao bairro Menino Deus. Esses indivíduos, grupos de indivíduos e entidades foram integrados na rede de relacionamentos, na medida em que foram citados no jornal da Associação, realizaram alguma atividade em conjunto com ela ou, ainda, expressaram o seu apoio às ações contrárias ao projeto do Executivo municipal. Na sua maioria, esses atores representam ou integram uma população situada nos segmentos médios e altos da cidade de Porto Alegre.

É interessante observar que, enquanto ocorria esta intensa mobilização e articulação contra a Pista de Eventos entre os segmentos médios e altos, paralelamente se produziu uma articulação em defesa da Pista de Eventos, constituída unicamente pelas associações de moradores das vilas populares localizadas no bairro Menino Deus ou no seu entorno. Esta articulação pró-Pista de Eventos se expressa, por exemplo, no documento “Manifesto Cultural: Menino Deus quer a Pista de Eventos”, assinado pelas seguintes entidades: Associação Vila das Placas, Associação dos Moradores da Vila Zero Hora, Associação dos Moradores da Renascença I, Associação da Vila Lupicínia Rodrigues e Associação dos Moradores da Luiz Guaranha.

Neste manifesto, as entidades populares afirmam, de um lado, o seu apoio a um projeto que propiciaria um espaço adequado para as expressões culturais “legítimas” da população, tal como se expressa na seguinte colocação: “Teremos em breve a Pista de Eventos porque nós merecemos, pois não fazemos barulho. Nós fazemos música, nós fa-

¹² No jornal da ASSAMED de outubro de 1997 encontram-se os textos: “Pista de Eventos não!”, de Jocelin Azambuja; “Menino Deus quer ser ouvido”, de Cláudio Sebenelo; e “A participação da comunidade”, de Clênia Maranhão. No jornal da ASSAMED de março de 1998 encontra-se o artigo “Todo Poder emana do povo”, de Jocelin Azambuja.

zemos arte!”. De outro lado, estas entidades também se contrapõem ao argumento da ASSAMED de que o projeto seria uma imposição do governo municipal, ao salientar em que teriam participado da discussão e decisão sobre este projeto no âmbito do Orçamento Participativo, ao mesmo tempo que fica subentendido no manifesto uma crítica à não participação da ASSAMED (tema analisado na próxima seção). Este movimento de suporte à Pista de Eventos, no entanto, não teve forças para se contrapor à ampla e poderosa mobilização capitaneada pela ASSAMED contra a Pista de Eventos, a qual acabou sendo vitoriosa no seu embate contra a Prefeitura, que transferiu o projeto para uma área periférica da cidade.

A mobilização contra a Pista de Eventos mostra que a ASSAMED contava com uma significativa rede de relações com indivíduos, entidades e instituições pertencentes aos estratos superiores da cidade, passível de ser mobilizada na defesa de seus interesses. Ao mesmo tempo, permite identificar uma clara divisão do tecido associativo em função de posicionamentos sociais distintos. De um lado, a coalizão capitaneada pela ASSAMED, voltada a defender a “qualidade de vida” do bairro contra uma ação do governo municipal que, conforme texto publicado no jornal da ASSAMED (outubro/1997), iria “transtornar a vida da comunidade” do Menino Deus. De outro, a articulação das entidades populares, defendendo uma obra que, além de criar um espaço para manifestações culturais valorizadas pelos moradores das vilas populares, também geraria oportunidades de renda para estas populações (como argumentavam em seu manifesto).

DESIGUALDADES E ORÇAMENTO PARTICIPATIVO

Por fim, para apreender como a desigualdade se manifesta na dinâmica associativa, é importante analisar a relação da ASSAMED com um espaço institucional que, nas últimas décadas, se converteu no centro da atuação de grande parte das associações de moradores de Porto Alegre (Silva, 2007): o Orçamento Participativo (OP).

Instituído com o objetivo de “inverter prioridades” na alocação dos investimentos municipais, o OP de Porto Alegre se configura, atualmente, como um espaço de participação, sobretudo, para as camadas populares. Um simples olhar, por exemplo, nas reuniões do Fórum da Região Centro evidencia a presença, na sua grande maioria, de indivíduos oriundos de vilas e comunidades populares. Além disso, quando analisamos as prioridades eleitas por essa região nos anos de 2007, 2008 e 2009, a categoria habitação aparece sempre em primeiro lugar, revelando a regularização fundiária e a construção de moradias como as principais demandas dos grupos que participam do OP na Região Centro. Na medida em que, conforme dados apresentados anteriormente, esta é a região com melhor IDH na cidade, a priorização de demandas de regularização fundiária e urbanização indica que são os setores mais pauperizados da região que tendem a intervir no OP.¹³

Estudos sobre a participação da sociedade civil no OP tiveram como objeto de análise, na maioria dos casos, associações de moradores representantes de grupos populares (Abers, 2000; Silva, 2002). Assim, tanto a participação quanto a representação das associações de moradores de classe média em relação ao OP é praticamente desconhecida. Uma breve reconstrução histórica do envolvimento da ASSAMED nesse espaço de participação expõe aspectos relevantes para pensarmos as possíveis relações entre associativismo, desigualdade e o OP.

¹³ Esta tendência de predomínio dos segmentos populares no OP se expressa claramente nos dados de renda dos participantes do OP/2005: enquanto 49,8% tinham renda familiar até 2 salários-mínimos (31,1% na população da cidade), somente 3,4% tinham renda familiar maior de 12 salários-mínimos (16,5% na população da cidade) (Fedozzi, 2007, p.19).

Já em 1989, ano da implementação do OP em Porto Alegre, a ASSAMED esteve envolvida no seu processo de construção. Através do forte vínculo com o jornal *Oi! Menino Deus*,¹⁴ a ASSAMED, de certo modo, contribuiu para a publicização da iniciativa do governo municipal, convidando a população do bairro a participar ativamente. O levantamento das prioridades definidas pela população foi uma das primeiras ações; posteriormente, um representante da entidade entregou a lista de reivindicações à Prefeitura, a fim de que fosse integrada ao orçamento municipal do ano seguinte. No entanto, em fins de 1990, uma acirrada e conflituosa eleição para a direção da entidade provocou o rompimento da relação entre o jornal *Oi!* e a ASSAMED. A nova diretoria, então, inaugurou seu próprio jornal comunitário, em dezembro de 1990.

A relação entre o jornal *Oi!* e a ASSAMED permaneceu conflituosa. Em meados de 1991, noticiando uma situação em que a diretoria da Associação abandonou uma assembleia do OP, o jornal acusou a entidade de não participar das discussões sobre o orçamento municipal. A diretoria da ASSAMED se justificou afirmando que houve falha no processo de representação, pois anteriormente havia sido informada que a entidade seria representada por dois delegados e um suplente e, na assembleia, lhe coube apenas uma suplência na chapa vencedora. Com isso, a representação do bairro ficou a cargo de um membro do jornal *Oi!* presente na reunião. Apesar desses contratemplos, a ASSAMED permaneceu na reunião e entregou a sua lista de reivindicações diretamente ao prefeito. Posteriormente a esses fatos, o *Oi!* realizou algumas reuniões comunitárias para levantar as prioridades do bairro, e a ASSAMED se defendeu das acusações do *Oi!* através de seu recém-criado jornal.

As discussões entre o jornal *Oi!* e a ASSAMED sobre a participação desta no OP continuaram no ano de 1992. Enquanto o primeiro reforçava a ausência da Associação nas reuniões, esta se defendia e informava que “através dos números de nossas publicações e algumas comunicações em rádio e TV, é possível aos interessados saber o que é feito por nós, inclusive por ocasião do Orçamento Participativo/92, que entregamos por escrito, e está incluído no relatório apresentado na câmara municipal, em 08/04/92” (Jornal *Oi! Menino Deus*, agosto, 1992). Nos anos seguintes, a ASSAMED informou sobre a sua presença nas reuniões mensais do OP, salientando, em meados de 1994, algumas conquistas do bairro, tais como: pavimentação de ruas, iluminação de praças e melhorias no saneamento básico. Entretanto, não informava como se dava a sua atuação no processo.

Em 1995, a construção de um albergue para moradores de rua no bairro Menino Deus levou a ASSAMED a mobilizar seus vínculos com vereadores, sobretudo Jocelin Azambuja, morador do bairro, a fim de acessar os agentes públicos responsáveis pela obra e expressar a sua contrariedade quanto à localização do albergue. O OP foi um desses espaços, porém, de acordo com o jornal da entidade, o seu coordenador regional não estava a par do assunto, e a orientou a procurar o prefeito, o qual não respondeu às suas solicitações. A partir de então, a Associação começou manifestar duras críticas ao governo municipal, e o OP foi tachado como uma farsa. Isso porque, segundo a entidade, mesmo que tenha participado das reuniões do OP desde 1991, ela nunca foi consultada sobre a construção do albergue. No ano de 1996, com o albergue em funcionamento, o jornal da entidade manifestou os problemas que os moradores do bairro passaram a enfrentar. Duas dessas reportagens tinham como título: “Um albergue a céu aberto” e “Menino Deus invadido pelos moradores de rua”.

Vale ressaltar que, diante das inúmeras dificuldades em barrar a construção do albergue, a Associação se valeu de seus laços sociais com vereadores para se manifestar publi-

14 Este jornal de bairro era publicado por um jornalista com posições políticas progressistas e que integrava a direção da ASSAMED.

cameamente sobre o assunto. A sua tentativa de utilizar o OP como espaço de intermediação fracassou, o que a levou a fazer pesadas críticas ao governo municipal e ao próprio OP. Fato semelhante aconteceu em meados de 1997, no auge da luta contra a Praça de Eventos no Menino Deus. Um texto publicado no jornal da Associação criticava severamente o governo municipal, em especial, o aumento do IPTU e o OP, o qual foi qualificado como “uma farsa já descoberta, pois as pessoas ligadas à Prefeitura têm maior poder de voto que as pessoas da comunidade, que são em menor número para votarem. A comunidade acha que resolve alguma coisa, mas já vem em tudo pronto dos gabinetes” (*Jornal da ASSAMED*, outubro, 1997).

Nos anos de 2000 e 2001, a Associação destaca sua presença constante no OP, mencionando no seu jornal a periodicidade das reuniões e enfatizando a necessidade da ampliação da presença dos moradores do Menino Deus. Contudo, as menções sobre as reuniões não revelam manifestações concretas nem os objetivos e as prioridades da Associação nesse espaço. Nos anos de 2002 e 2003, não se encontram mais referências à participação da ASSAMED nas reuniões do OP.

Inicialmente, apresentamos o OP como que configurado pelas camadas populares, ou seja, um espaço de participação da sociedade civil junto ao Estado no qual predomina a atuação de comunidades e vilas cujos indivíduos se encontram numa posição social desfavorecida. Seria, então, o OP um “espaço dos pobres”, enquanto as classes médias utilizariam outras formas de atuação? A despeito da ASSAMED buscar demonstrar continuamente a sua presença no OP, as suas principais ações e manifestações no período analisado – construção da sede, as mobilizações contra a Praça de Eventos e o albergue municipal e a aquisição de bicicletas para o policiamento do bairro – foram conduzidas longe do OP, através de outros recursos e modelos de atuação comunitária.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Mesmo tendo presente as limitações inerentes a um estudo de caso realizado no contexto de uma cidade particular, os resultados da pesquisa realizada junto à ASSAMED trazem conclusões que problematizam as visões homogeneizadoras e, especialmente, apolíticas sobre a sociedade civil. A o contrário destas visões, observa-se a existência de um denso tecido associativo marcado pelas desigualdades constitutivas da sociedade na qual se originou. Mais especificamente, observa-se uma segmentação da vida associativa a partir de recortes socioeconômicos, que reproduz as significativas distâncias estruturais e relacionais que caracterizam e sustentam as extremas desigualdades do país.

Este resultado é particularmente relevante quando se tem presente que esta segmentação ocorre em uma cidade que se caracteriza por uma longa e rica história associativa, na qual os segmentos populares foram capazes de construir formas de ação coletiva que lhes conferiu elevância na dinâmica política municipal. Além disto, esta segmentação tende a se manter, a despeito da introdução de uma série de mecanismos de participação institucional, entre os quais, destaca-se o OP.

Tais conclusões colocam a necessidade de uma complexificação dos modelos teóricos de análise dos processos associativos, introduzindo, entre outros aspectos, a desigualdade como uma dimensão fundamental para a adequada interpretação destes processos em países como o Brasil. Assim, poder-se-ia abordar analiticamente as especificidades das configurações associativas brasileiras, sem recorrer às tradicionais perspectivas que

avaliam (e, em geral, condenam) tais configurações a partir da métrica fornecida pela universalização de processos característicos de outros contextos sociais menos desiguais. Esta atenção analítica para as especificidades dos contextos empíricos permitiria romper com aquilo que Chatterjee denomina de “universalização do provincianismo ocidental”, segundo o qual:

o provincianismo da experiência europeia será tomado como a história universal do progresso; por comparação, a história do resto do mundo irá aparecer com a história da falta, da inadequação – uma história inferior. Apelos serão feitos novamente às filosofias produzidas na Inglaterra, França e Alemanha. O fato de que estas doutrinas foram produzidas em completa ignorância de outras partes do mundo não importará: elas serão consideradas úteis e iluminadoras. (Chatterjee, 1990, pp.131-2)

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABERS, R. Do clientelismo à cooperação: governos locais, políticas participativas e organização da sociedade civil em Porto Alegre. Porto Alegre, *Cadernos da CIDADE*, n.7, v.5, maio 2000.
- ALONSO, J. A. F. et al. *Território, economia e sociedade: transformações na Região Metropolitana de Porto Alegre*. Porto Alegre: FEE, 2009.
- BOTTERO, W. *Stratification: social division and inequality* . London: Routledge, 2005.
- BOURDIEU, P. *O Poder Simbólico*. Lisboa: Difel/Bertrand, 1989.
- CALDEIRA, T. P. *A política dos outros*. São Paulo: Brasiliense, 1984.
- _____. *Cidade de murros: crime, segregação e cidadania em São Paulo*. São Paulo: Edusp, 2000.
- CHATTERJEE, P. A response to Taylor's “Modes of Civil Society”. *Public Culture*, n.1, v.3, pp.119-132, fall 1990.
- DIANI, M.; McADAM, D. (eds.). *Social movements and networks: relational approaches to collective action*. Oxford: Oxford University Press, 2003.
- DREIFUSS, R. A. *A conquista do Estado: ação política, poder e golpe de classe* . Petrópolis: Vozes, 1981.
- DREIFUSS, R. A. *O Jogo da direita na Nova República*. Petrópolis: Vozes, 1989.
- FEDOZZI, L. J. *Observando o Orçamento Participativo de Porto Alegre*. Porto Alegre: Tomo Editorial, 2007.
- FERREIRA, M. C. “Associativismo e contato político nas Regiões Metropolitanas do Brasil: 1988-1996 – revisitando o problema da participação”. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, n.41, v.14, pp. 90-102, outubro 1999.
- IBGE; IPEA; ABONG; GIFE. *As fundações privadas e associações sem fins lucrativos no Brasil*. Rio de Janeiro: IBGE, 2008.
- KERSTENETZKY, C. L. Sobre associativismo, desigualdades e democracia. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, n.53, v.18, pp.131-42, 2003.
- KOWARICK, L. *A espoliação Urbana*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.
- LAVALLE, A. G. Sem pena nem glória: o debate sobre a sociedade civil nos anos 1990. *Novos Estudos*, São Paulo, n.66, p. 91-109, julho 2003.
- MARQUES, E. C. Redes sociais e instituições na construção do Estado e da sua per-

Marcelo Kunrath Silva é bacharel em História (UFRGS/1989), mestre em Sociologia (UFRGS/1997), doutor em Sociologia (UFRGS/2001), com pós-doutorado na Brown University (2008). É professor do Departamento de Sociologia e do Programa de Pós-Graduação em Sociologia/UFRGS, coordenador do Programa de Pós-Graduação em Sociologia/UFRGS. Email: mksilva@ufrgs.br.

Rui Zanata Jr. é licenciado em Ciências Sociais (UFRGS/2008), bacharelando em Ciências Sociais (UFRGS) e bolsista de Iniciação Científica (CNPq/UFRGS). Email: ruizanatajr@yahoo.com.br.

Artigo recebido em setembro de 2009 e aprovado para publicação em janeiro de 2010.

meabilidade. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, n.41, v.14, pp.45-67, outubro 1999.

MARQUES, E. C. *et al.* Redes sociais e pobreza. Trabalho apresentado no Encontro Anual da ANPOCS, 2007. (Disponível em: <http://www.centrodametropole.org.br/pdf/2007/Anpocs2007ColetivoFinal.pdf>)

MISCHE, A. De estudantes a cidadãos: redes de jovens e participação política. *Revista Brasileira de Educação*, n.5/6, pp.134-50, 1997.

PASSY, F; GIUGNI, M. Life-Spheres, Networks, and Sustained Participation in Social Movements: A Phenomenological Approach to Political Commitment. *Sociological Forum*, n.1, v.15, pp.117-44, 2000.

PMPA. *Mapas e indicadores das vulnerabilidades sociais*. Porto Alegre: PMPA, 2007.

PMPA; Metroplan; PNUD; Fundação João Pinheiro. *Atlas do desenvolvimento humano da região metropolitana de Porto Alegre*. Porto Alegre: PMPA, 2008.

REIS, E. Pobreza, desigualdade e identidade política. In: DINIZ, Eli (org.). *O desafio da democracia na América Latina (Anais do seminário)*. Rio de Janeiro: IUPERJ, 1996.

RIBEIRO, L. C. de Q. Proximidade territorial e distância social: reflexões sobre o efeito do lugar a partir de um enclave urbano. *Revista VeraCidade*, Salvador, Ano 3, n.3, pp.1-21, maio 2008.

SANTOS, W. G. *Horizonte do desejo: instabilidade, fracasso coletivo e inércia social*. 2ª ed. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2006.

SILVA, L. S. da *et al.* Segregação residencial e relações de vizinhança no bairro de Apipucos (Recife-PE). In: Simpósio Nacional de Geografia Urbana. Florianópolis: X SIMPURB, 2007. Disponível em: http://www.observatoriodasmetropoles.ufrj.br/Segregacao_Residencial.pdf. Acesso em: 03 de junho de 2009.

SILVA, M. K. Mappa do Associativismo de Porto Alegre. 2007 Disponível em: http://lproweb.procempa.com.br/pmpa/prefpoa/observatorio/usu_doc/relatorio_final_mapa_associativismo.pdf. Acesso em: 05 de janeiro de 2010.

_____. Sociedade Civil e Construção Democrática: do maniqueísmo essencialista à abordagem relacional. *Sociologias*, Porto Alegre, v.8, pp.156-79, 2006.

_____. *Cidadania e exclusão*. Porto Alegre: Editora da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2002.

SILVA, M. G. B. da; BITTOUN, J. Ação-segregação no espaço periférico entre Recife e Olinda. *Revista de Geografia*, Recife, v.23, n.1, 2006.

TORRES, H. da G. Segregação residencial e políticas públicas: São Paulo na década de 1990. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, n.54, v.19, pp.41-55, fev. 2004.

TORRES, H. da G. *et al.* Pobreza e espaço: padrões de segregação em São Paulo. *Estudos Avançados*, São Paulo, n.47, v.17, pp.97-128, 2003.

A B S T R A C T *The aim of this paper is to analyze how the great inequalities of Brazilian society affects on the conformation of associational life in the big cities, based on a empirical research with an Neighborhood Association of a traditional middle-class neighborhood of Porto Alegre. From the study of relations and the action of this entity, we can see a high degree of segmentation of the social fabric of the city as a result of the marked structural and relational distances between its residents. Because of this segmentation, the associations of middle and upper classes tend to establish links and develop actions with actors who share similar positions in social space. At the same time, they do not tend to relate to*

popular organizations, even though spatially close. These results indicate that inequalities tend to reproduce in the associative processes that make up the Brazilian civil society a subject rarely discussed in the literature on the topic.

K E Y W O R D S *Association; civil society; inequality; social distance; Porto Alegre.*